



**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
EDITAL DE PREGÃO Nº 032/2015 - PMP
PROCESSO Nº 6818/2015;
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
TIPO: MENOR PREÇO
ADJUDICAÇÃO: POR ITEM**

O MUNICÍPIO DE PARACAMBI, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, inscrita no CNPJ sob o nº 29.138.294/0001-02, torna público que REGISTRO DE PREÇOS na modalidade PREGÃO, na forma PRESENCIAL, do tipo menor preço, adjudicação por item, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 4.054, de 03 de fevereiro 2015, da Lei Municipal 947, de 08 de dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Os envelopes contendo a Proposta de Preço e a Documentação de Habilitação para o objeto definido neste Edital e respectivos anexos devem ser entregues nos seguintes local, data e horário:

Local, dia e hora para início do credenciamento e da abertura dos envelopes:

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI- Rua Juiz Emilio Carmo- 71- Centro- Paracambi- RJ

DATA: 28 de dezembro de 2015

HORA: 10:00 HORAS

1- DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços de gêneros alimentícios, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Durante o prazo de validade do Registro de Preços, o Município poderá não contratar o objeto deste Pregão.
- 1.2. O Município também não estará obrigado a adquirir a quantidade total estimada, podendo a aquisição ser integral, parcial ou mesmo não ocorrer na forma prevista no subitem anterior.
- 1.3. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. – DO ÓRGÃO GERENCIADOR, ÓRGÃOS PARTICIPANTES E DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O órgão gerenciador será o Departamento de Compras, através da Secretaria Municipal de Administração.

2.2. São participantes os seguintes órgãos:



Secretaria Municipal de Educação.

- 2.3. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

3- DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1- Poderão participar desta licitação as empresas que tenham ramo de atividade compatível com o objeto licitado e as que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus anexos.
- 3.2- Não poderão participar os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação, as empresas estrangeiras que não funcionem no País, as empresas suspensas do direito de licitar no prazo e nas condições do impedimento, as declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública no prazo que perdurar tal punição, as que se enquadrarem nas hipóteses do art. 9º da Lei 8.666/93, do art. 72, §8º, inc. V da Lei 9.605/98, bem como as punidas na forma da Lei 12.846/2013.
- 3.2-1. Para fins de interpretação do disposto no inc. III, do art. 9º, da Lei 8.666/93, possuam como diretores, responsáveis técnicos ou sócios, agente político, servidor, empregado ou ocupante de cargo comissionado do Governo do Município de Paracambi, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, que tenham tido vínculo há menos de seis meses anteriores à data da publicação deste Edital.
- 3.3- É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante na presente licitação.

4- DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E SOCIEDADES COOPERATIVAS.

4.1. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº123, de 14/12/2006, as microempresas, empresas de pequeno porte e as sociedades cooperativas enquadradas na forma do art. 34 da Lei 11.488/2007, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, conforme Item 7.2.2 deste Edital, mesmo que esta apresente alguma restrição.

4.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.2. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem 4.1.1, implicará decadência do direito ao registro de preços, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

4.3. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e as sociedades cooperativas, entendendo-se por



empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e as sociedades cooperativas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.4. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

4.4.1. As microempresas, empresas de pequeno porte e as sociedades cooperativas mais bem classificadas poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

4.4.2. Não ocorrendo o registro de preços de microempresa, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas, na forma do subitem 4.4.1., serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

4.4.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e as sociedades cooperativas que se encontre no intervalo estabelecido no subitem 4.3, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

4.4.4. Na hipótese do não registro de preços nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, em sessão pública, após verificação da documentação de habilitação.

4.4.5. A microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

4.4.6. A microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que usufruir dos benefícios de que trata a LC 123/2006 deverá apresentar, na forma da lei, juntamente com os documentos de habilitação, declaração de que é microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, em conformidade com o modelo anexo ao Edital.

5- DO CREDENCIAMENTO

5.1 - No início da sessão pública de realização do pregão, o representante do licitante deverá se apresentar para credenciamento, junto ao Pregoeiro, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste certame e a responder pelo licitante, devendo ainda identificar-se, exibindo a Cédula de Identidade ou outro documento equivalente.

5.2 - O credenciamento far-se-á através de instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida, ou documento que comprove os necessários poderes especiais para formular ofertas e lances de preços, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do licitante.

5.2.1 - No caso de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa licitante, deverá ser apresentada cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social juntamente com as alterações que comprovem sua capacidade de representação legal, com expressa previsão dos poderes para exercício de direitos e assunção de obrigações. Em caso de administrador eleito em ato apartado, deverá ser apresentada cópia da ata de reunião ou assembléia em que se deu a eleição.



5.2.2 - No caso de credenciamento por instrumento particular de procuração, com firma reconhecida de dirigente, sócio ou proprietário da empresa licitante, deverá ser apresentada no momento do credenciamento, cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social acompanhado da última alteração estatutária ou contratual, e ata de eleição da Diretoria em exercício, no qual estejam expressos os poderes do signatário para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5.3 - A empresa licitante deverá apresentar declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

5.3.1 - A microempresa, empresa de pequeno porte e a sociedade cooperativa que apresentar restrições na documentação relativa à comprovação de regularidade fiscal deverá apresentar declaração, assumindo o compromisso de promover sua regularização, caso formule o lance vencedor.

5.4 - As declarações ou certidões de que tratam as cláusulas do item “credenciamento” deverão ser apresentadas **FORA DE QUALQUER ENVELOPE**, juntamente com os documentos exigidos para credenciamento.

6- DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

6.1- A Proposta de Preço e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados pelo representante credenciado, no local, dia e hora acima determinados, em 02 (dois) envelopes devidamente fechados e rubricados no fecho, atendendo fielmente aos seguintes requisitos:

a) **Envelope A: Proposta de Preço.**

b) **Envelope B: Documento de Habilitação**, composto pelos documentos relacionados no item 7 deste Edital.

6.2- Os envelopes deverão conter, em sua parte externa, os dizeres:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
PREGÃO Nº 032/2015- PMP
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE
Envelope A – Proposta de Preço
Envelope B – Documentação de Habilitação**

6.3- As Propostas de Preços deverão ser preparadas e entregues em envelopes, em 01 (uma) via sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datilografadas ou impressas, preferencialmente em papel timbrado do proponente e redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, sendo devidamente datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo proponente ou seu representante legal, de acordo com os modelos constantes dos Anexos, observando-se ainda o seguinte:

6.3.1- conter cotação em moeda corrente nacional (R\$), expressa em algarismo e por extenso e indicação da especificação do objeto licitado, com preço unitário e global;

6.3.2- conter oferta firme e precisa, sem alternativa de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais um resultado;



6.3.3- conter compromisso de entrega dos produtos na forma e prazo estabelecido no Edital e seus anexos, bem como compromisso de troca de produtos viciados durante o período de vigência de sua garantia;

6.3.4 – conter detalhamento de todas as características do produto de forma clara e precisa.

6.3.5 - ter validade de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação. Caso o prazo de validade não esteja expressamente indicado na proposta de preço, será considerado o prazo de 60 dias.

6.4 - A Proposta de Preço deverá ainda conter o nome ou razão social do proponente, o endereço completo, os números de telefone e fax e o endereço eletrônico, (se houver).

6.5 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

6.6 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7- DA HABILITAÇÃO

7.1- A Documentação de Habilitação deverá ser entregue em envelope individual, devidamente fechado e rubricado no fecho, identificado conforme o indicado no item 6.2 deste Edital.

7.2- O proponente deverá apresentar os seguintes Documentos de Habilitação da presente licitação:

- a) Declaração que não possui menores de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16(dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14(quatorze) anos;
- b) Declaração de Fatos Supervenientes;

7.2.1- Habilitação Jurídica:

- c) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- d) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- f) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;



- g) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: **certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas**, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;
- h) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- i) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

7.2.2- Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal abrangendo a Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND);
- d) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual acompanhada da PG5- Procuradoria Geral da Dívida Ativa do Estado;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

7.2.3- Qualificação Técnica:

7.2.3.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características e quantidades do objeto da licitação, através da apresentação de no mínimo 02 (dois) atestados de desempenho anterior, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação. Os atestados deverão conter:

- a) nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone, fax, email);
- b) local e data de emissão;
- c) nome, cargo, telefone, fax, email e a assinatura do responsável pela veracidade das informações;

7.2.4- Qualificação Econômico-financeira:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, acompanhado da **CHP- Certificado de Habilitação Profissional**, já exigíveis e apresentados na forma



de lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03(três) meses da data de apresentação da proposta.

- b) Comprovação, através das demonstrações contábeis, de que possui os seguintes índices financeiros:

ILG \geq 1,0 obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

Sendo:

ILG = índice de liquidez geral

AC = ativo circulante

PC = passivo circulante

RLP = realizável a longo prazo

ELP = exigível a longo prazo

- c) Comprovar capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% do valor estimado da contratação, na forma dos §§ 2º e 3º, art. 31 da Lei 8.666/93.
- d) Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede de pessoa jurídica, com data não excedente a 60(sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da Proposta de Preço;
- e) Certidão da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro ou outra equivalente;

7.2.4.1 – No caso de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, o balanço patrimonial poderá ser substituído pela última declaração de imposto de renda da pessoa jurídica.

- 7.3- Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial ou por cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro.
- 7.4- Não serão aceitos protocolos de entrega ou de solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

8- DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DE HABILITAÇÃO

- 8.1- A reunião para recebimento dos envelopes contendo as Propostas de Preço e os documentos de Habilitação, bem como a abertura dos envelopes da Proposta de Preço, será pública, dirigida por um Pregoeiro em conformidade com este Edital e seus anexos, no local e horário determinados.
- 8.2- No local e hora marcados, antes do início da sessão, os interessados devem comprovar, por instrumento próprio, poderes para a formulação de ofertas e lances verbais, nos termos do inciso VI do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02, e, para a prática dos demais atos do certame, conforme item 4 deste Edital, e também os licitantes deverão apresentar declaração de inexistência de fato impeditivo para sua habilitação, conforme inciso VII do Art. 4º da Lei 10.520/2002.



- 8.3- Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.
- 8.4- Em seguida, serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preços, as quais serão conferidas e rubricadas pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio.
- 8.5 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.5.1 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5.2 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.6 - Ainda como condição prévia à habilitação, para os itens de participação exclusiva para ME/EPP/COOP, o Pregoeiro poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal (www.portaldatransparencia.gov.br), ou apurar informações junto ao Setor de Contabilidade da Administração Municipal, para verificação do somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pelo licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar no exercício anterior ou corrente, conforme procedimento previsto na fase de aceitação e julgamento da proposta, caso ainda não o tenha realizado.

8.6.1 - Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolação do limite legal, o Pregoeiro indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a consequente inabilitação, sem prejuízo das penalidades incidentes.

9- DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

9.1- A presente licitação é do tipo **menor preço por item** sendo que o julgamento das propostas será realizado em conformidade com as quantidades, especificações, detalhamentos e condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos, levando-se em conta que será considerado vencedor o proponente que ofertar o menor preço por item.

9.2- Serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preço, sendo feita sua conferência e posterior rubrica pelo Pregoeiro, equipe de apoio e demais presentes à sessão pública.

9.3- Em caso de divergência entre os valores expressos em algarismos e os por extenso, serão considerados os últimos.



9.4- Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas incorretamente cotados ou omitidos da Proposta de Preço serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo o fornecimento ser efetivado sem quaisquer ônus adicionais.

9.5- Serão desclassificadas as Propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus anexos, as que apresentarem preços superiores ao estimado pela Administração ou valores irrisórios e inexecutáveis, bem como as omissas ou as que apresentarem irregularidades ou falhas capazes de dificultar o julgamento.

9.6- Será proclamado pelo Pregoeiro o proponente que ofertar a Proposta de **menor preço por item**, para o objeto definido neste Edital e seus anexos, bem como os proponentes cujas propostas apresentem preços até 10% (dez por cento) superiores àquele ou, ainda, as 03(três) melhores ofertas, conforme o disposto no inciso IX do Art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02, observando-se o disposto no item 04 deste edital.

9.7- Aos proponentes proclamados, conforme item 9.6, retro, será dada oportunidade de nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.

9.8- Encerrada a etapa competitiva do Pregão, as ofertas para o objeto definido neste Edital e seus anexos serão ordenadas exclusivamente pelo critério de menor preço.

9.9- O Pregoeiro examinará a aceitabilidade da oferta da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.

9.9.1 - O Pregoeiro poderá solicitar do(s) licitante(s) classificado(s) em primeiro lugar a apresentação de amostra dos itens licitados, que deverá ser apresentada no prazo de 02 dias, a contar da data da solicitação, no local designado para a sessão pública, para conferência do produto com as especificações solicitadas no Termo de Referência;

9.9.2 - Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceitável(eis), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9.10- Sendo aceitável a oferta, serão verificadas as condições habilitatórias do proponente que tiver apresentado a melhor proposta, com base na documentação de habilitação apresentada em conformidade com o item 07 deste edital.

9.11- Constatado o pleno atendimento às exigências editalícias, o proponente será declarado vencedor.

9.12- Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às condições habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta aceitável cumulada com o atendimento das condições habilitatórias, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto definido neste Edital e seus anexos.

9.13- Não será admitida desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às sanções administrativas constantes no item 11 deste Edital.

9.14- Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, pelos componentes da equipe de apoio e pelos representantes dos proponentes presentes.



9.15- Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento dos requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, a Proposta será desclassificada.

9.16- O objeto da licitação será registrado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pelo Prefeito, após a regular decisão dos recursos apresentados.

9.17- Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, o Prefeito homologará o procedimento licitatório.

10- DOS RECURSOS

10.1- Declarado o vencedor, fracassado ou deserto o item qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata.

10.2- - O pregoeiro negará admissibilidade ao recurso quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido.

10.2.1. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de recorrer dos licitantes importará decadência do direito de recurso.

10.2.2. Admitido o recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de suas razões.

10.2.3. Os demais licitantes ficarão automaticamente intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

10.2.4. A apresentação O licitante poderá também apresentar as razões do recurso na sessão do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes automaticamente intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

10.3- Das razões de recurso e das contrarrazões, assim como documentos complementares, será efetuada obrigatoriamente mediante protocolo junto ao Setor de Protocolo Geral, situado na Rua Juiz Emílio Carmo, 50, Centro, Paracambi, no horário de 09h (nove horas) às 17h (dezessete horas), observados os prazos previstos no Edital.

10.4- Os recursos e contrarrazões de recurso devem ser endereçados ao pregoeiro, que poderá:

10.4.1. motivadamente, reconsiderar a decisão;

10.4.2. motivadamente, manter a decisão, encaminhando o recurso para o Prefeito.

10.5- Não serão conhecidos os recursos quando não forem apresentadas as razões ou estas forem apresentadas fora dos prazos estabelecidos.

10.6- Os recursos terão efeito suspensivo e seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, exceto quando manifestamente protelatórios ou quando o pregoeiro reconsiderar sua decisão.



- 10.7- Os recursos deverão ser decididos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do encerramento do prazo para apresentação de contrarrazões.
- 10.8- As decisões de eventuais recursos serão divulgadas mediante publicação no Diário Oficial do Município.
- 10.9- Na ausência de manifestação de intenção de interposição de recursos ou após decisão dos mesmos, o Pregoeiro devolverá os envelopes de "HABILITAÇÃO" inviolados aos licitantes desclassificados podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.

11- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1 - A recusa do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo estabelecido pela Administração, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total do contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pelo CONTRATANTE:

11.1.1 - advertência por escrito;

11.1.2 - multa, conforme os limites máximos estabelecidos abaixo:

11.1.2.1 - 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

11.1.2.2 - 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

11.1.3 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02(dois) anos;

11.1.4 - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo mínimo de 02 (dois) anos, conforme dispõe o art. 87 da Lei nº 8.666/93.

11.2 - São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

11.2.1 - não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

11.2.2 - retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

11.2.3 - paralisação do fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Municipal;

11.2.4 - entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

11.2.5 - alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;



- 11.2.6 - fornecimento de produtos de baixa qualidade;
- 11.3 - A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no item 11.1.
- 11.4 - A multa será descontada da garantia do contrato e/ou de pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA.
- 11.5 - As sanções relacionadas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 também poderão ser aplicadas àquele que:
 - 11.5.1 - deixar de apresentar documentação exigida para o certame;
 - 11.5.2 - apresentar declaração ou documentação falsa;
 - 11.5.3 - ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
 - 11.5.4 - não mantiver a proposta;
 - 11.5.5 - falhar ou fraudar a execução do futuro contrato;
 - 11.5.6 - comportar-se de modo inidôneo;
 - 11.5.7 - cometer fraude fiscal.
- 11.6 - A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório.
- 11.7 - As sanções relacionadas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Municipal.

12- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1- Tendo em vista tratar-se de registro de preços, e inexistindo a obrigatoriedade de contratação de todo quantitativo, indica-se dotação orçamentária que suportará a despesa com a primeira contratação prevista:
 - 1. Secretaria Municipal de Educação e Esporte, dotação cod. Reduzido 227, 318, 317, 224 e 1359.

13- DO VALOR

- 13.1- O valor global para o presente objeto foi estimado em R\$2.384.104,40 (Dois milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, cento e quatro reais e quarenta centavos) conforme valores referência TCE outubro/2015 .
- 13.2 – Os valores unitários máximos que esta Administração se propõe a pagar por cada item constam na referência do Anexo I do presente Edital.



13.3 – Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

14- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 14.1- O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30(trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.
- 14.2- O pagamento somente ocorrerá após o atesto do servidor competente pela fiscalização da execução do contrato na nota fiscal apresentada.
- 14.3- Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 14.4- Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 14.4.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 14.5- Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{(6/100)}{365}$

$I = 0,00016438$

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

15- DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:



- 15.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo(s) Licitante(s) Registrado(s), de acordo com o presente edital, as cláusulas da ata de registro de preços e do contrato e os termos de sua proposta;
- 15.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, por servidores especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 15.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do fornecimento de produtos, fixando prazo para a sua correção;
- 15.4 Pagar à Contratada o valor resultante do fornecimento, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 15.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.
- 15.6- Será considerada recusa formal:
- a) O não fornecimento dos produtos contratados.
 - b) O fornecimento dos produtos contratados em desacordo com as cláusulas do Contrato, das condições deste Edital e seus anexos, e da proposta de preços.
- 15.7 O prazo de convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços e dos Contratos ou instrumentos equivalentes poderá ser prorrogado, uma vez por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro.
- 15.8 O recebimento da notificação dentro do prazo de validade da proposta implicará, necessariamente, na prorrogação deste prazo e, em consequência disso, não terá valor a recusa do licitante, ao cumprimento do dever de contratar, baseada em alegação de decurso de prazo de validade de sua proposta.
- 15.9 A proposta cujo prazo de validade estiver esgotado será considerada prorrogada por 30 (trinta) dias corridos, se o proponente, consultado a respeito, se pronunciar formalmente dentro de 03(três) dias úteis.
- 15.10 É facultado à Administração do Município, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços, os Contratos ou instrumentos equivalentes no prazo e condições estabelecidos, convocar os demais licitantes remanescentes, na ordem classificatória de registro para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação.
- 15.11 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata do Registro de Preços, os Contratos ou instrumentos equivalentes, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às sanções previstas neste Edital.
- 15.12 O Município de Paracambi reserva o direito de rescindir o ajuste, sem que caiba a licitante adjudicatária o direito de indenização de qualquer espécie, garantido o contraditório e ampla defesa, quando a empresa:



- a) Não cumprir as obrigações estipuladas neste Edital.
- b) Falir ou dissolver sociedade.
- c) Transferir os seus encargos a terceiros no todo ou em parte sem prévia anuência do Contratante.
- d) Deixar de efetuar o recolhimento no prazo de 05(cinco) dias úteis das multas que lhe venham a ser impostas.

16- DAS OBRIGAÇÕES DO PROPONENTE VENCEDOR.

16.1 Executar o fornecimento conforme especificações deste Edital e seus anexos e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

16.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos fornecidos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

16.3 Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

16.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

16.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos produtos a serem fornecidos, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

16.6 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

16.7 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para o fornecimento;

16.8 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

16.9 Apresentar, quando solicitado, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

16.10 Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas ao fornecimento, conforme descrito neste Termo de Referência;

16.11 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

16.12 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

16.13 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer do fornecimento;



16.14 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

16.15 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

16.16 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

16.17 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

16.18 Não subcontratar o objeto;

16.19 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

17 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO

17.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário *e os licitantes que aceitarem cotar preços iguais aos deste*, o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua(s) convocação(ões), para assinar(em) a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair(em) do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2 Alternativamente à(s) convocação(ões) para comparecer(em) perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja(m) assinada(s) no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

17.3 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

17.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor *e dos licitantes que aceitarem cotar preços iguais aos deste, observada a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva*, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

17.5 Firmado o registro de preços, o proponente registrado terá o prazo de 05(cinco) dias úteis, contados a partir da sua convocação, para retirar a Nota de Empenho e assinar o instrumento contratual.



- 17.6 Caso transcorra o prazo citado acima sem que o contrato tenha sido assinado, a sessão será retomada e os demais proponentes chamados na ordem de classificação, na forma do item 15.10.
- 17.7 Será da responsabilidade da contratada o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de qualquer de seus empregados, prepostos ou contratados.
- 17.8 Obriga-se também a contratada por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais, inclusive trabalhistas, que venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente Edital e do contrato assinado.
- 17.9 Integrarão o contrato a ser firmado, independentemente de transcrição, as condições estabelecidas neste Edital, seus anexos e na ata de registro de preços, bem como os elementos apresentados pelo proponente vencedor que tenham servido de base para o julgamento deste certame licitatório, além da Proposta Comercial a ser praticada por ele.

18- DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

- 18.1- Executado o contrato, o seu objeto será recebido:
- a) provisoriamente, na forma prevista na alínea “a” do inciso II, do art. 73 da Lei Federal 8.666/93;
 - b) definitivamente, na forma prevista na alínea “b” do inciso II, do art. 73 da Lei Federal 8.666/93;
- 18.2- O Contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 18.3- O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do Contrato.

19- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

- 19.1- O Presente Edital e seus anexos, bem como a Proposta Comercial do proponente vencedor farão parte integrante do Processo nº 6818/2015.
- 19.2- É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 19.3- Fica assegurado à contratante o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando a devida ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.
- 19.4- No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



- 19.5- A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 19.6- As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 19.7- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 19.8- O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 19.9- Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 19.10- Os proponentes assumem todos os custos de preparação e de apresentação de suas propostas e a Prefeitura não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 19.11- Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 19.12- Após a apresentação da Proposta, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 19.13- Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local aqui estabelecidos, desde que não haja comunicação expressa do Pregoeiro em contrário.
- 19.14- Acompanham este Edital os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de referência e valores estimados e modelo de proposta de preços

Anexo II - Modelo de Declaração de Fatos Supervenientes

Anexo III - Modelo de Declaração Trabalhista

Anexo IV - Modelo de Minuta do Contrato.

Anexo V – Modelo de Declaração para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

Anexo VI – Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação.

Anexo VII – Modelo de Minuta da Ata de Registro de Preços

Anexo VIII – Carta de Credenciamento

- 19.15- Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão dirimidas pelo Pregoeiro Marcos Antonio Ferreira da Silva, na Rua Juiz Emílio Carmo- 71- Centro- Paracambi- no telefone 021- 2683-9103.
- 19.16- A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 19.17- Aplicar-se-á a presente relação contratual, no que couber, as normas da Lei 8.078/90.
- 19.18- O foro da Cidade de Paracambi, será o único competente para dirimir e julgar todas e quaisquer dúvidas à presente licitação, com exclusão de qualquer outro.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação



Paracambi, 08 de dezembro de 2015.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DA SILVA
Pregoeiro Municipal



ANEXO I

PREGÃO Nº 032/2015 - PMP

TERMO DE REFERÊNCIA E VALORES ESTIMADOS

Objeto:

- Registro de Preços para a aquisição de gêneros alimentícios, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, para o exercício de 2016.

Quantidade, Especificação do Objeto e Valor Estimado:

Tipo Cotação: Por Item

Nº	Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Referência
1	262812	Abacaxi	Unidade	60,0000	3,74
2	264521	Achocolatado de 400g	Pacote	1200,0000	3,90
3	256346	Achocolatado em pó	Quilograma(s)	3560,0000	9,75
4	260216	açúcar refinado valido no mínimo 6 meses	Quilograma(s)	15700,0000	1,71
5	262233	Alho	Quilograma(s)	3560,0000	11,95
6	260214	arroz agulhinha tipo 1 valido no mínimo 6 meses	Quilograma(s)	46250,0000	2,45
7	282083	Aveia - farinha, sem adição de açúcar, acondicionado em caixa, contendo a descrição e características do produto - Embalagem 200g	Caixa	480,0000	1,84
8	257616	Azeite 500 ml	Unidade	1100,0000	11,99
9	257448	azeitona verde	Quilograma(s)	60,0000	18,28
10	256370	Banana Prata	Quilograma(s)	460,0000	2,31
11	273158	Batata inglesa	Quilograma(s)	26550,0000	2,08
12	262817	Batata Palha	Pacote	480,0000	4,58
13	261671	Bebidas láctea no sabor de chocolate de 200ml	Unidade	9000,0000	1,18
14	256329	Biscoito doce	Quilograma(s)	5950,0000	11,10
15	262818	biscoito doce (emblagem de 400g) tipo Maria Maisena	Pacote	150,0000	4,40
16	264524	Biscoito recheado de sabores variados	Pacote	150,0000	2,55
17	256331	Biscoito salgado	Quilograma(s)	5140,0000	9,40
18	262819	Biscoito Salgado	Pacote	150,0000	1,88
19	264643	Biscoito Sequilho	Pacote	150,0000	4,99



20	259652	bisnaguinha	Pacote	180,0000	4,29
21	273827	Bolinho sabor baunilha massa: açúcar, farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, ovo, gordura vegetal, açúcar invertido, farinha de soja, sal, fermentos químicos pirofosfato ácido de sódio e bicarbonato de sódio conservador propionato de cálcio, aromatizante. Recheio: açúcar invertido, gordura vegetal, sal, aromatizantes, conservador sorbato de potássio, estabilizantes monodiglicerídeos e polisorbato 60. Contém Glúten. Elaborado em equipamentos onde se processam produtos com derivados do leite.	Unidade	9000,0000	0,93
22	260585	bolo sabor variado	Unidade	180,0000	4,99
23	282080	Cação cortado em filé ou cubos, sem pele, sem espinha, congelado, devendo ser fornecido acondicionado em embalagem plástica original - Embalagem de 1Kg	Quilograma(s)	7890,0000	20,55
24	258388	Canjica	Quilograma(s)	198,0000	3,66
25	288254	Canjica - embalagem de 500g	Unidade	300,0000	1,83
26	262447	Carne acem picada bovina de 1 primeira - embalada em saco de 1Kg próprio para congelamento etiquetado com data	Quilograma(s)	50040,0000	11,72
27	262228	cebola	Quilograma(s)	3436,0000	2,10
28	262823	Cenoura	Quilograma(s)	90,0000	1,70
29	282343	Copo com água mineral de 200ml	Unidade	3000,0000	0,35
30	264523	Copo de água mineral (200ml) com 24 unidades	Pacote	380,0000	8,50
31	256470	Copo descartável de 200ml	Pacote	3000,0000	4,18
32	256342	Cremogema	Quilograma(s)	2380,0000	9,66
33	282077	Doce de leite pastoso - embalagem de 500g	Unidade	2170,0000	4,45
34	262834	Ervilha	Lata	180,0000	1,40
35	256332	Extrato de tomate 350 grs	Caixa	19862,0000	2,34
36	260215	feijão preto tipo 1 valido no mínimo 6 mese	Quilograma(s)	15400,0000	3,04
37	256449	Filtro de papel para café nº 103	Unidade	60,0000	2,85
38	256351	Fubá de milho	Quilograma(s)	2380,0000	1,26
39	263931	Gelatina (embalagem de 85g) pó diversos sabores, contendo a descrição das características do produto.	Unidade	220,0000	0,74
40	259721	geleia	Unidade	60,0000	2,98
41	282078	Goiabada especial, em corte, sem adição de corantes, acondicionado em embalagem original - Embalagem de 500mg	Unidade	2170,0000	5,44
42	260431	guardanapo	Pacote	180,0000	1,25
43	275286	Laranja pera	Quilograma(s)	400,0000	1,80



44	257312	Leite em Caixa de 1 L	Litro(s)	352,0000	2,27
45	256324	Leite em pó integral instantâneo sem açúcar - embalagem de 400 g	Quilograma(s)	25200,0000	20,47
46	273743	LEITE INTEGRAL DE 1 LT	Unidade	180,0000	2,27
47	276625	Maça	Quilograma(s)	400,0000	4,66
48	262856	Maçã	Dúzia	60,0000	4,66
49	282075	Macarrão - Massa preparada com ovos, contendo a descrição e características do produto/ Tipo Padre Nosso/ Embalagem de 500g	Unidade	5500,0000	1,76
50	262859	Maionese de 500 gramas	Unidade	90,0000	3,26
51	257959	Manteiga 200g	Unidade	90,0000	3,85
52	256335	Manteiga com sal com embalagem de 500 g	Quilograma(s)	150,0000	19,25
53	262863	Melancia	Quilograma(s)	30,0000	1,53
54	262866	Melão	Unidade	60,0000	2,53
55	259356	Milho de pipoca	Quilograma(s)	120,0000	3,22
56	282076	Milho Verde em conserva, acondicionado em lata - embalagem de 200g	Lata	1320,0000	1,42
57	256336	Óleo de soja 900 ml	Lata	11970,0000	2,67
58	288267	Pacote de bombom com 50 unidades	Unidade	650,0000	40,00
59	257353	Pão de Forma	Pacote	500,0000	3,39
60	258402	Pão para cachorro quente	Unidade	6500,0000	0,35
61	261597	Patê de presunto	Unidade	60,0000	2,07
62	256361	Peito de frango, sem carcaça embalado em saco de 1 kg próprio para congelamento etiquetado com data de validade	Quilograma(s)	43420,0000	6,59
63	259448	Pera	Quilograma(s)	60,0000	1,80
64	256373	Pimentão	Quilograma(s)	37,0000	4,25
65	256481	Pó de café	Quilograma(s)	140,0000	13,22
66	262934	Presunto Fatiado	Quilograma(s)	520,0000	17,51
67	262944	Queijo Prato Fatiado	Quilograma(s)	520,0000	27,00
68	260849	Refrigerante de 2 litros	Unidade	900,0000	2,99
69	261719	requeijão	Unidade	150,0000	4,69
70	264644	Rosquinha de Chocolate	Pacote	150,0000	2,63
71	256327	Rosquinha de coco	Quilograma(s)	5950,0000	13,15
72	256338	Sal Refinado	Quilograma(s)	2780,0000	1,50



73	258399	Salsicha	Quilograma(s)	378,0000	5,07
74	282073	Suco de Caju - concentrado, não adoçado - líquido - Embalagem de 500ml	Unidade	2220,0000	2,59
75	261725	suco de maracuja	Unidade	288,0000	4,32
76	257361	Suco de Maracujá	Litro(s)	1800,0000	8,64
77	282074	Suco de Uva - Concentrado, integral, não adoçado - líquido - embalagem de 500ml	Unidade	2220,0000	4,71
78	256372	Tomate	Quilograma(s)	345,0000	2,88
79	257612	Vinagre 750 ml	Unidade	1120,0000	3,65

PRAZO DE VIGÊNCIA, FATURAMENTO E ENTREGA:

- A ata de registro de preços terá vigência de até 12 (doze) meses. Os contratos de fornecimento deverão ter vigência máxima de 30 (trinta) dias, ocorrendo o faturamento do fornecimento em igual período. As entregas ocorrerão em até 10 (dez) dias, contados a partir da formalização do contrato ou instrumento equivalente, tudo conforme solicitação dos responsáveis pelos órgãos participantes.

O RECEBIMENTO DO OBJETO OCORRERÁ:

a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, que ocorrerá em até 15 dias.

LOCAIS DE ENTREGA DOS ALIMENTOS DIVERSOS:

Conforme solicitação dos responsáveis dos setores requisitantes.

LOCAIS DE ENTREGA DOS ALIMENTOS DA MERENDA ESCOLAR:

E. M. DE PONTE COBERTA (Rural)

DIRETORA: Inaércia C. A. de Souza

ENDEREÇO: Estrada Eduardo Pereira Dias Km 15 – Ponte Coberta - Paracambi

TELEFONE: 98555-0100

E. M. DA FLORESTA (Rural)

DIRETORA: Nêva Fernanda Barbosa

ENDEREÇO: Estrada da Light, 2576 – Floresta – Paracambi

TELEFONE: 3693-3234 / 98555-0323

E. M. HORTÊNCIA PHIRRO DO VALLE

DIRETORA: Fátima M. Maia Pires

ENDEREÇO: Rua Santa Terezinha 245 – Guarajuba - Paracambi

TELEFONE: 3693-8013 / 98555-0323



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação



E. M. PROFª ODETE TEIXEIRA DA SILVA

DIRETORA: Débora Ferreira Benevenuto
ENDEREÇO: Rua Plínio Alves de Moura, 150 – Lages - Paracambi
TELEFONE: 3693-3700 / 98555-0316

E. M. GOV. ROBERTO SILVEIRA

DIRETORA: Carla Andréa de Souza
ENDEREÇO: Rua Luiz José Amorim, 54 – Lages - Paracambi
TELEFONE: 2683-5924 / 98555-0779

E. M. MARGARIDA ALVES (Rural)

DIRETORA: Maria Luiza de Souza Camargo
ENDEREÇO: Estrada do Barreiro – Fazenda Experimental - Vitória da União - Lages
TELEFONE: 96839-4500 / 98555-0997

E. M. PREF. NICOLA SALZANO

DIRETORA: Karin Cardoso Felizardo
ENDEREÇO: Rua Alberto Leal Cardoso s/ nº - Centro – Paracambi
TELEFONE: 26832853 - Ramal 29 / 98555-0599

E. M. PREF. HÉLIO FERREIRA DA SILVA

DIRETORA: Fernanda Oliveira da Silva
ENDEREÇO: Rua Aracajú, s/ nº - BNH - Paracambi
HORÁRIO: 07:00 às 17:00
TELEFONE: 3693-1181 / 98555-1005

E. M. DIAS DA COSTA

DIRETORA: Asenate Alves de Carvalho
ENDEREÇO: Rua Prefeito Moracy Franco, 300 – Jd. Nova Era - Paracambi
TELEFONE: 2683-5920 / 98555-1003

E. M. CARLOS NABUCO

DIRETORA: Maria Célia Milagre Andrade
ENDEREÇO: Rua Vicente Cicarino, 267 – Cascata - Paracambi
TELEFONE: 2683-5929 / 98555-1002

E. M. ALLAN KARDEC

DIRETORA: Tânia Cristina dos Santos Machado
ENDEREÇO: Avenida Presidente João Goulart, 33 – Sabugo - Paracambi
TELEFONE: 2683-5901 / 98555-0778

E. M. TERRA DE EDUCAR (Rural)

DIRETORA: Mary Fernandes Xavier Augusto
ENDEREÇO: Estrada da Floresta s/ nº - Sabugo - Paracambi
TELEFONE: 2683-2344 / 98555-1221

E. M. BOA ESPERANÇA

DIRETORA: Sonia Aparecida E. de Oliveira
ENDEREÇO: Rua Dep. Romeu Natal. S/ nº - Lages - Paracambi
TELEFONE: 2683-3391 / 98555-0317

E.M. DARIELE CRISTINE TEIXEIRA DE OLIVEIRA

DIRETORA: Janeth Pereira Garcia
ENDEREÇO: Rua Bom Pastor, S/nº, Guarajuba – Paracambi/RJ
TELEFONE: 3693-6776

E. M. SANTO ANTÔNIO – ENSINO PRÉ - ESCOLAR

DIRETORA: Maria Helena R. Capitão
ENDEREÇO: Estrada da Floresta s/ nº - Sabugo - Paracambi
TELEFONE: 2683-5909

CRECHE MUNICIPAL VILA SÃO JOSÉ

DIRETORA: Maria Cristina Carvalho
ENDEREÇO: Estrada RJ 127 – Lages - Paracambi
TELEFONE: 2683-5910 / 98555-1001



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação



E. M. DE MÁRIO BELLO

DIRETORA: Tânia Maria do Nascimento
ENDEREÇO: Pátio da Estação de Mário Bello - Paracambi
TELEFONE: 2670-3482 / 98555-1008

E. M. SÃO JOSÉ

DIRETORA: Silvia Mara Ferreira Costa
ENDEREÇO: Estrada de São José, s/ nº - São José - Paracambi
TELEFONE: 98555-0320

E. M. PROFª ALMIRACIR SEGAT

DIRETORA: Adriana Ferreira da Silva
ENDEREÇO: Rua Luiz José Amorim, s/ nº - Lages - Paracambi
TELEFONE: 3693-2767 / 98555-0782

E. M. AZEREDO COUTINHO

DIRETORA: Madelaine Marinho Rodrigues
ENDEREÇO: Estrada do Saudoso, s/ nº - Saudoso - Paracambi
TELEFONE: 98555-1222



ESCOLAS	ALHO-KG	CEBOLA-KG	BATATA INGLESA
ALLAN KARDEC	15	8	60
HÉLIO FERREIRA	20	20	250
CARLOS NABUCO	10	8	60
CTE. AZER. COUT.	9	6	48
CRECHE MUNICIPAL	10	4	32
DIAS DA COSTA	15	14	150
BOA ESPERANÇA	20	8	200
FLORESTA	10	8	48
MARGARIDA ALVES	20	8	80
MÁRIO BELLO	2	4	16
ROBERTO SILVEIRA	50	60	300
ODETE T. DA SILVA	40	40	240
PHIRRO DO VALLE	40	40	300
PONTE COBERTA	10	8	100
SANTO ANTÔNIO	4	4	30
EDUCAÇÃO ESPECIAL	4	4	30
SÃO JOSÉ	2	4	16
TERRA DE EDUCAR	20	20	200
NICOLA SALZANO	40	60	400
DARIELE	15	8	80
TOTAL DE GÊNEROS	356	336	2.640
OBS. ENTREGA SEMANAL APÓS A LIBERAÇÃO DO EMPENHO ENTREGAREMOS AS GUIAS DE REMESSAS POR ESCOLA.			



DEPARTAMENTO DE MERENDA ESCOLAR
CONTROLE TOTAL DOS GÊNEROS DO CARDÁPIO POR MÊS

ESCOLAS	ARROZ-KG	FEIJÃO-KG	AÇÚCAR	MACARRÃO	LEITE EM PÓ-KG	ÓLEO- LIT	SAL-KG	VINAGRE	AZEITE	EXTRATO	ACHOCOLATADO	ROSQUINHA DE COCO	BISCOTO DOCE-KG	BISCOTO SALGADO	FLUBÁ	CREMOGEMA	MANTEIGA	SUCO DE CAJU (L)	SUCO DE UVA (L)	AVEIA Kg	MILHO	DOCE DE LEITE	COMBADA	CANJICA	GELATINA
ALLAN KARDEC	120	60	30	15	40	40	5	3	4	70	10	20	20	15	6	3	-	8	8	1	3	6	4	-	-
HÉLIO FERREIRA	400	100	100	30	200	100	30	5	10	240	30	50	50	40	20	10	-	24	24	4	11	22	22	-	-
CARLOS NABUCO	80	60	30	12	80	40	5	3	3	50	15	10	10	10	6	4	-	6	6	0,8	2	4	2	-	-
CTE. AZER. COUT.	30	10	8	6	12	20	3	1	2	15	4	4	4	4	4	3	-	2	2	0,4	1	1,5	0,5	-	-
CRECHE MUNICIPAL	50	40	30	10	40	30	5	2	2	48	15	5	5	5	4	4	5	3	3	0,4	2	3	1	5	3
DIAS DA COSTA	200	80	60	30	200	80	15	5	5	80	20	30	30	20	10	8	-	10	10	1,2	4	7	5	-	-
BOA ESPERANÇA	200	80	50	20	80	50	15	5	4	80	20	20	20	15	15	5	-	12	12	6	9	17	25	-	-
FLORESTA	60	20	30	15	20	60	5	4	3	60	4	12	12	12	6	4	-	4	4	0,4	2	3	2	-	5
MARGARIDA ALVES	200	80	80	20	200	60	15	3	5	80	6	15	15	10	10	15	-	16	16	1	5	10	5	-	-
MÁRIO BELLO	15	5	5	4	8	4	2	2	2	10	4	4	4	4	4	2	-	2	2	0,4	1	2	1	-	-
ROBERTO SILVEIRA	700	160	250	80	350	120	35	12	5	240	40	90	90	90	30	50	-	24	24	6	14	27	25	-	-
ODETE T. DA SILVA	650	160	250	60	350	120	25	12	14	240	40	60	60	60	20	20	-	12	12	4	9	18	25	-	-
PHIRRO DO VALLE	600	180	250	40	250	120	30	10	10	240	40	90	90	60	20	50	-	24	24	6	14	28	25	-	-
PONTE COBERTA	120	50	40	18	80	40	10	5	4	80	20	20	20	20	10	10	-	16	16	1	3	5,5	2,5	-	-
SANTO ANTÔNIO	50	30	20	8	90	40	4	3	3	30	4	10	10	10	6	3	-	4	4	3	1	4	6	-	4
EDUCAÇÃO ESPECIAL	50	30	15	8	20	15	4	3	3	40	4	10	10	10	5	3	-	5	5	0,4	2	1	1	5	4
SÃO JOSÉ	20	5	10	3	8	8	2	1	4	15	1	3	3	2	4	1	-	2	2	0,2	1	0,5	10	-	-
TERRA DE EDUCAR	350	150	80	30	160	60	20	10	5	80	20	50	50	50	20	20	-	16	16	4	8	15	10	-	-
NICOLA SALZANO	630	190	158	126	282	150	43	20	19	205	44	72	72	62	34	23	-	20	20	7	18	35	40	-	-
DARIELE	100	50	50	15	50	40	5	3	3	60	15	20	20	15	4	3	10	12	12	1,2	4	7,5	5	20	6
TOTAL DE GÊNEROS	4.625	1.540	1.546	550	2.520	1.197	278	112	110	1.963	356	595	595	514	238	241	15	222	222	48	114	217	217	30	22

OBS.: ENTREGA MENSAL. APÓS A LIBERAÇÃO DO EMPENHO ENCAMINHAREMOS AS GUIAS
DE REMESSAS POR ESCOLA, COM AS REPECTIVAS DATAS E MESES DE ENTREGA.OS GÊNEROS ESTOCÁVEIS DEVERÃO TER VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES.



ESCOLAS	PEITO DE FRANGO	CARNE PICADA	FILÉ DE PEIXE
ALLAN KARDEC	120	120	22
HÉLIO FERREIRA	400	450	86,5
CARLOS NABUCO	100	90	15
CTE. AZEREDO COUTINHO	72	81	5,5
CRECHE MUNICIPAL	100	60	8
DIAS DA COSTA	300	270	27,5
BOA ESPERANÇA	300	270	67,5
FLORESTA	100	75	10
MARGARIDA ALVES	240	240	40
MARIO BELLO	16	15	4
ROBERTO SILVEIRA	480	600	110
ODETE T. DA SILVA	480	600	72
PHIRRO DO VALLE	480	600	100
PONTE COBERTA	100	180	21
SANTO ANTÔNIO	60	60	13,5
EDUCAÇÃO ESPECIAL	40	60	2,5
SÃO JOSÉ	24	18	1,5
TERRA DE EDUCAR	300	375	60
NICOLA SALZANO	480	720	100
DARIELE	120	120	22
TOTAL DE GÊNEROS	4.312	5.004	789
OBS. ENTREGA POR QUINZENA. APÓS A LIBERAÇÃO DO EMPENHO ENTREGAREMOS AS GUIAS DE REMESSAS POR ESCOLA.			

DA FISCALIZAÇÃO OBJETO

O objeto será recebido e fiscalizado por servidores designados por cada órgão requisitante após a subscrição do instrumento contratual.



PREGÃO Nº /2015 - PMP

MODELO DAS PROPOSTA-DETALHE/PREÇOS

Objeto: Registro de Preços para a aquisição de alimentos, para atender as necessidades da Secretaria de Educação.

Tipo Cotação: Por Item

Prefeitura Municipal de Paracambi

..... inscrita no
CNPJ nº, sediado no endereço
....., telefone (XX) XXXX-XXXX
com o e-mail. por intermédio de seu representante
legal, o(a) Sr.(a.) , portador(a) da Carteira de
Identidade nº e do CPF nº , apresenta a seguinte
proposta com validade de. , a ser feito o pagamento, em caso de
contratação, no Banco , agência e número de conta corrente
..... , para participação no Pregão n.º XXX/2015.

Nº	Item	Descrição	Unidade	Quant.	Unitário	Total	Marca oferecida
1	262812	Abacaxi	Unidade	60,0000			
2	264521	Achocolatado de 400g	Pacote	1200,0000			
3	256346	Achocolatado em pó	Quilograma(s)	3560,0000			
4	260216	açúca refinado valido no mínimo 6 meses	Quilograma(s)	15700,0000			
5	262233	Alho	Quilograma(s)	3560,0000			
6	260214	arroz agulhinha tipo 1 valido no mínimo 6 meses	Quilograma(s)	46250,0000			
7	282083	Aveia - farinha, sem adição de açúcar, acondicionado em caixa, contendo a descrição e características do produto - Embalagem 200g	Caixa	480,0000			
8	257616	Azeite 500 ml	Unidade	1100,0000			
9	257448	azeitona verde	Quilograma(s)	60,0000			
10	256370	Banana Prata	Quilograma(s)	460,0000			
11	273158	Batata inglesa	Quilograma(s)	26550,0000			
12	262817	Batata Palha	Pacote	480,0000			
13	261671	Bebidas láctea no sabor de chocolate de 200ml	Unidade	9000,0000			
14	256329	Biscoito doce	Quilograma(s)	5950,0000			
15	262818	biscoito doce (emblagem de 400g) tipo Maria Maisena	Pacote	150,0000			
16	264524	Biscoito recheado de sabores variados	Pacote	150,0000			



17	256331	Biscoito salgado	Quilograma(s)	5140,0000			
18	262819	Biscoito Salgado	Pacote	150,0000			
19	264643	Biscoito Sequilho	Pacote	150,0000			
20	259652	bisnaguinha	Pacote	180,0000			
21	273827	Bolinho sabor baunilha massa: açúcar, farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, ovo, gordura vegetal, açúcar invertido, farinha de soja, sal, fermentos químicos pirofosfato ácido de sódio e bicarbonato de sódio conservador propionato de cálcio, aromatizante. Recheio: açúcar invertido, gordura vegetal, sal, aromatizantes, conservador sorbato de potássio, estabilizantes monodiglicerídeos e polisorbato 60. Contém Glútem. Elaborado em equipamentos onde se processam prontos com derivados do leite.	Unidade	9000,0000			
22	260585	bolo sabor variado	Unidade	180,0000			
23	282080	Cação cortado em filé ou cubos, sem pele, sem espinha, congelado, devendo ser fornecido acondicionado em embalagem plástica original - Embalagem de 1Kg	Quilograma(s)	7890,0000			
24	258388	Canjica	Quilograma(s)	198,0000			
25	288254	Canjica - embalagem de 500g	Unidade	300,0000			
26	262447	Carne acem picada bovina de 1ª primeira - embalada em saco de 1Kg próprio para congelamento etiquetado com data	Quilograma(s)	50040,0000			
27	262228	cebola	Quilograma(s)	3436,0000			
28	262823	Cenoura	Quilograma(s)	90,0000			
29	282343	Copo com água mineral de 200ml	Unidade	3000,0000			
30	264523	Copo de água mineral (200ml) com 24 unidades	Pacote	380,0000			
31	256470	Copo descartável de 200ml	Pacote	3000,0000			
32	256342	Cremogema	Quilograma(s)	2380,0000			
33	282077	Doce de leite pastoso - embalagem de 500g	Unidade	2170,0000			
34	262834	Ervilha	Lata	180,0000			
35	256332	Extrato de tomate 350 grs	Caixa	19862,0000			
36	260215	feijão preto tipo 1 válido no mínimo 6 meses	Quilograma(s)	15400,0000			
37	256449	Filtro de papel para café nº 103	Unidade	60,0000			



38	256351	Fubá de milho	Quilograma(s)	2380,0000			
39	263931	Gelatina (embalagem de 85g) pó diversos sabores, contendo a descrição das características do produto.	Unidade	220,0000			
40	259721	geleia	Unidade	60,0000			
41	282078	Goiabada especial, em corte, sem adição de corantes, acondicionado em embalagem original - Embalagem de 500mg	Unidade	2170,0000			
42	260431	guardanapo	Pacote	180,0000			
43	275286	Laranja pera	Quilograma(s)	400,0000			
44	257312	Leite em Caixa de 1 L	Litro(s)	352,0000			
45	256324	Leite em pó integral instantâneo sem açúcar - embalagem de 400 g	Quilograma(s)	25200,0000			
46	273743	LEITE INTEGRAL DE 1 LT	Unidade	180,0000			
47	276625	Maça	Quilograma(s)	400,0000			
48	262856	Maçã	Dúzia	60,0000			
49	282075	Macarrão - Massa preparada com ovos, contendo a descrição e características do produto/ Tipo Padre Nosso/ Embalagem de 500g	Unidade	5500,0000			
50	262859	Maionese de 500 gramas	Unidade	90,0000			
51	257959	Manteiga 200g	Unidade	90,0000			
52	256335	Manteiga com sal com embalagem de 500 g	Quilograma(s)	150,0000			
53	262863	Melancia	Quilograma(s)	30,0000			
54	262866	Melão	Unidade	60,0000			
55	259356	Milho de pipoca	Quilograma(s)	120,0000			
56	282076	Milho Verde em conserva, acondicionado em lata - embalagem de 200g	Lata	1320,0000			
57	256336	Óleo de soja 900 ml	Lata	11970,0000			
58	288267	Pacote de bombom com 50 unidades	Unidade	650,0000			
59	257353	Pão de Forma	Pacote	500,0000			
60	258402	Pão para cachorro quente	Unidade	6500,0000			
61	261597	Patê de presunto	Unidade	60,0000			
62	256361	Peito de frango, sem carcaça embalado em saco de 1	Quilograma(s)	43420,0000			



		kg próprio para congelamento etiquetado com data de validade					
63	259448	Pera	Quilograma(s)	60,0000			
64	256373	Pimentão	Quilograma(s)	37,0000			
65	256481	Pó de café	Quilograma(s)	140,0000			
66	262934	Presunto Fatiado	Quilograma(s)	520,0000			
67	262944	Queijo Prato Fatiado	Quilograma(s)	520,0000			
68	260849	Refrigerante de 2 litros	Unidade	900,0000			
69	261719	requeijão	Unidade	150,0000			
70	264644	Rosquinha de Chocolate	Pacote	150,0000			
71	256327	Rosquinha de coco	Quilograma(s)	5950,0000			
72	256338	Sal Refinado	Quilograma(s)	2780,0000			
73	258399	Salsicha	Quilograma(s)	378,0000			
74	282073	Suco de Caju - concentrado, não adoçado - líquido - Embalagem de 500ml	Unidade	2220,0000			
75	261725	suco de maracujá	Unidade	288,0000			
76	257361	Suco de Maracujá	Litro(s)	1800,0000			
77	282074	Suco de Uva - Concentrado, integral, não adoçado - líquido - embalagem de 500ml	Unidade	2220,0000			
78	256372	Tomate	Quilograma(s)	345,0000			
79	257612	Vinagre 750 ml	Unidade	1120,0000			

Inserir:

- compromisso de entrega dos produtos na forma e prazo estabelecido no Edital e seus anexos, bem como compromisso de troca de produtos viciados durante o período de vigência de sua garantia;
- detalhamento de todas as características do produto de forma clara e precisa.
- ter validade por todo o período de vigência do registro de preços. Caso o prazo de validade não esteja expressamente indicado na proposta de preço, será considerado o período de vigência do registro de preços.



ANEXO II

Modelo de Declaração de Fatos Supervenientes

DECLARAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ nº _____, sediada (endereço completo) _____, declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(a) _____
nome e número da identidade do declarante



ANEXO III

DECLARAÇÃO PARA FINS DO DISPOSTO NO INCISO V DO ART 27 DA LEI 8.666/93

_____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____, portador da carteira de identidade nº _____ e CPF _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e (assinalar com "X", conforme o caso):

- () não emprega menor de dezesseis anos.
() emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Local, em _____ de _____ 2015

Representante legal da empresa



ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO
PROCESSO Nº
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº
TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO

Contratante: Município de Paracambi, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, nº 50, no Centro deste Município, inscrita no CGC/MF sob nº 29138294/0001-02, representada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. **Tarciso Gonçalves Pessoa**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Rua Afonso Franco, nº 79, Centro, Paracambi/RJ, portador da Carteira de Identidade nº 05186468-2 SSP/IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 615.202.257-68.

Contratada: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.204.221/0001-93, sediada à Rua xxxxxxxx, Bairro xxx, Cidade xxxxx, CEP xxxx, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, nacionalidade, estado civil, portador da Carteira de Identidade nº xxxx – órgão expedidos, inscrito no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, residente e domiciliado à Rua xxxxxx.

Nos termos da proposta do REGISTRO DE PREÇOS Nº...../2015, estabelecemos Contrato de Fornecimento de para atender a necessidade da(nome do órgão), conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, proposta vencedora do julgamento estabelecido pelo Pregoeiro Municipal no Pregão Presencial nº. xxx/15, devidamente homologado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal em xx/xx/15, os quais integram este termo independentemente de transcrição por ser de conhecimento das partes e mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de gêneros alimentícios, conforme especificações e quantitativos estabelecidos na requisição de compra com base na Ata de Registro de Preços nº, cujo teor integra este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI DADE	VALOR
1				
2				
3				
...				



Nota explicativa: A tabela acima é meramente ilustrativa, devendo compatibilizar-se com aquela prevista no Termo de Referência e com a proposta vencedora.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - O valor do presente Termo de Contrato é de R\$(.....).

2.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30(trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

2.4 - O pagamento somente ocorrerá após o atesto do servidor competente pela fiscalização da execução do contrato na nota fiscal apresentada.

2.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

2.6 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

2.6.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

2.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:



$I = (TX)$

$I = \frac{(6/100)}$

$I = 0,00016438$

365

$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$.

2.8 - As despesas decorrentes da contratação objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da Prefeitura, para o exercício de 2016, no programa de trabalho:

.....despesa....., conforme nota de empenho nº xxx/2016.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de, contados do, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

Nota Explicativa: Deve guardar conformidade com o Edital.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

4.1 - Do Município:

4.1.1 - Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação;

4.1.2 - Aplicar à empresa Contratada as penalidades, quando for o caso;

4.1.3 - Prestar à empresa Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do Contrato;

4.1.4 - Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;

4.1.5 - Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

4.2 – Da Contratada:

4.2.1 – Fornecer os produtos objeto desta licitação, nas especificações contidas no edital de Pregão Presencial nº./2015;

4.2.2 - Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o fornecimento de produtos executados;

4.2.3 - Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação previstas no edital, conforme disposições do art. 55 da Lei nº. 8666/93;

4.2.4 - Executar o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;

4.2.5 - Executar o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos no edital de Pregão Presencial nº./2015;



4.2.6 - Não subcontratar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto, ainda que parcial, sendo nulo de pleno direito qualquer ato nesse sentido, além de constituir infração passível de penalidade;

4.2.7 - Ser responsável pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.2.8 - Responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão-de-obra empregada nos serviços acessórios ao fornecimento em questão, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e por tudo mais que, como empregadora deve satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos provenientes da atividade, impostos e outras providências e obrigações necessárias ao fornecimento.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS COMUNICAÇÕES

5.1 - As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1 - Os casos de inexecução do objeto deste edital, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93, das quais destacamos:

6.1.1 - advertência por escrito;

6.1.2 - multa, conforme os limites máximos estabelecidos abaixo:

6.1.2.1 - 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

6.1.2.2 - 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

6.1.3 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02(dois) anos;

6.1.4 - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo mínimo de 02 (dois) anos, conforme dispõe o art. 87 da Lei nº 8.666/93.

6.1.5 - A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas neste instrumento.

6.1.6 - A multa será descontada de pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA.

6.2 - São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:



6.2.1 - não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

6.2.2 - retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

6.2.3 - paralisação do fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;

6.2.4 - entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

6.2.5 - alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

6.2.6 – produtos fornecidos de baixa qualidade;

6.3 - Da aplicação das penas definidas caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido a Unidade Administrativa requisitante, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

6.5 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no art. 78 da Lei nº. 8.666/93.

6.6 - O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a Legislação vigente, nos seguintes casos:

I. Por infração a qualquer de suas cláusulas;

II. Por pedido de concordata, falência ou dissolução da Contratada;

III. Por transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato;

IV. Por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste contrato;

V. Pela aplicação de mais de 2 (duas) advertências.

6.7 - O Município poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

6.8 - O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

6.8.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.8.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.8.3 - Indenizações e multas.



6.9 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

7.0 - DOS CASOS OMISSOS.

7.1 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

8.0 - CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

8.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Paracambi, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em 03 (três) vias de igual teor.

Paracambi, de de 2015.

Tarciso Gonçalves Pessoa
Prefeito Municipal de Paracambi

...../CONTRATADA

.....

Diretor

Testemunhas:

.....

Nome:

CPF

.....



ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ME, EPP OU COOP

Paracambi, de de 2015

À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Rua Juiz Emílio Carmo- 71- Paracambi- Centro

_____, com sede na _____, inscrita no CNPJ-MF sob o nº _____, vem, por intermédio de seu representante legal (o) Sr _____, portador da Carteira de Identidade n ° _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que é _____, que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME – EPP - COOP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 e 45 da mencionada lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Assinatura do representante legal



ANEXO VI

Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação.

DECLARAÇÃO

Nós, da empresa, _____, CNPJ _____, inscrição estadual nº _____, sediada à rua _____, afirmamos de que estamos cientes de todos os termos do edital PREG _____, PROC. _____, da Prefeitura Municipal de Paracambi, e ainda, que cumprimos a todas exigências contidas no mesmo.

_____, de _____ de _____.

Representante legal da empresa
Ident:
CPF:



Anexo VII

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS MUNICÍPIO DE PARACAMBI ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º

Município de Paracambi, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, nº 50, no Centro deste Município, inscrita no CGC/MF sob nº 29138294/0001-02, apresentado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. **Tarciso Gonçalves Pessoa**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Rua Afonso Franco, nº 79, Centro, Paracambi/RJ, portador da Carteira de Identidade nº 05186468-2 SSP/IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 615.202.257-68., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma presencial, para REGISTRO DE PREÇOS nº/2015, publicada no de/...../2015, processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 4.054 de 03 de fevereiro de 2015, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de gêneros alimentícios, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital de Pregão nº/20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade

3. CADASTRO DE RESERVA

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quant.	Valor Un	Prazo garantia ou validade
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quant.	Valor Un	Prazo garantia ou validade



4. ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

4.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir do(a)....., não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.3. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.3.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Nota Explicativa: Suprimir o item quando inexisterem outros fornecedores classificados registrados na ata.

6.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.4.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.4.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.6. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.6.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.6.2. recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;



6.6.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.6.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s); ou

6.6.5. for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.6.1, 6.6.2 e 6.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.8.1. por razão de interesse público; ou

6.8.2. a pedido do fornecedor.

7. CONDIÇÕES GERAIS

7.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

7.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Paracambi, de de 2015.

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação



ANEXO VIII

À
CPL – MUNICÍPIO de PARACAMBI

(MODELO DE CREDENCIAMENTO)

Ref.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº

Prezados Senhores,

Credenciamos o/a Sr (a), nacionalidade, cédula de identidade nº, emitido pelo, para, em nome da(nome da empresa)....., participar do PREGÃO PRESENCIAL sob referência, podendo, para tanto, juntar e apresentar documentos, apresentar propostas, assinar atos e termos, requerer e deliberar, apresentar recursos, renunciar a direitos, inclusive recursos, e tudo o mais que se fizer necessário, de acordo com o Edital.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa
devidamente identificada